



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000119-20.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 4ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital

JUIZ DESIGNADO: Dr. Izaías Eduardo da Silva

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

4ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE CARIACICA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **4ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 026/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 04/04/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **4ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

| Juiz | Vínculo | Ato |
|-------------------------|-----------|------------------------------------|
| Izaías Eduardo da Silva | Designado | Ofício DM nº 661/2020 - 22/10/2020 |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 06/06/2022)

Servidores lotados

| Servidor (a) | Cargo | Função |
|-----------------------------------|------------------------------------|--|
| Therezinha Entringer Módolo | Analista Judiciário - AJ - Direito | Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 1158/12 - 05/10/2012 |
| Eleuza Costa Pinto | Analista Judiciário - AJ - Direito | - |
| Lucinéia Alvarenga Pinto Grobério | Analista Judiciário - AJ - Direito | - |
| Veronica Moraes Vimercati | Assessor de Juiz | - |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 06/06/2022)


Servidores à disposição de outras Unidades

| Servidor (a) | Cargo | Observação |
|--|------------------------------------|--|
| Christy Anne Passos Rodrigues Ferreira | Analista Judiciário - AJ - Direito | À disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - Ato Nº 218/18 em 19/04/2018. Lotada no Gab. Desemb. Dair José Bregunze de Oliveira |

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 06/06/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 4ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo à previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 03 (três) servidores e a lotação paradigma é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

| TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO | | | | | | | | |
|--|-------------|----------------------|----|-----------|----|---------------------------|--|---|
|  TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022 | | | | | | | | |
| UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO | | | | | | | | |
| Grau | Tipo | Descrição da Unidade | UF | Município | LP | LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO | LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO |
| 1 | F - FAMÍLIA | 4ª VARA FAMÍLIA | ES | CARIACICA | 4 | 3 | 0 | 1 |

¹ Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf. Consulta realizada em 06/06/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

| Indicador | Total | Média/mês |
|-----------------------------------|-------|-----------|
| Janeiro a dezembro de 2020 | 619 | 52 |
| Janeiro a dezembro de 2021 | 872 | 73 |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 06/06/2022)

Evolução do acervo

| Ano | Acervo |
|-------------|--------|
| 2020 | 1.683 |
| 2021 | 1.669 |

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 06/06/2022)

Acervo atual

| | Junho 2022 |
|----------------------------|--------------|
| Total | 1.705 |
| Suspensos ou sobrestado | 14 |
| Tramitação ajustada | 1.691 |

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos conclusos

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|---|------------|------------|
| Quantidade total de processos conclusos | 247 | 140 |
| Conclusos para sentença há mais de 100 dias | 0 | 0 |
| Conclusos para decisão há mais de 100 dias | 0 | 0 |
| Conclusos para despacho há mais de 100 dias | 0 | 1 |
| Conclusos para ato diverso há mais de 100 dias | 0 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Audiências

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|---|---------|----------|
| Quantidade de audiências designadas | 108 | 130 |
| Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses | 13 | 1 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|----------------------------------|---------|---------|
| Processos sem migração de classe | 0 | 0 |
| Processos sem assunto | 0 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Processos sem movimentação há mais de 100 dias | 0 | 41 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|-------------------------------|---------|---------|
| Petições pendentes de juntada | 0 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|---|---------|---------|
| Cartas precatórias pendentes de cumprimento | 1 | 0 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Processos fora de cartório ou em remessa externa | 0 | 6 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

| Indicador | 1ª fase | 2ª fase |
|--|---------|---------|
| Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias | 10 | 34 |

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 06/06/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

| Percentual obtido | Resultado |
|-------------------|-----------|
|-------------------|-----------|

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

| Percentual obtido | Resultado |
|-------------------|----------------------|
| 120,6% | Meta cumprida |

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA**7.1. Gabinete**

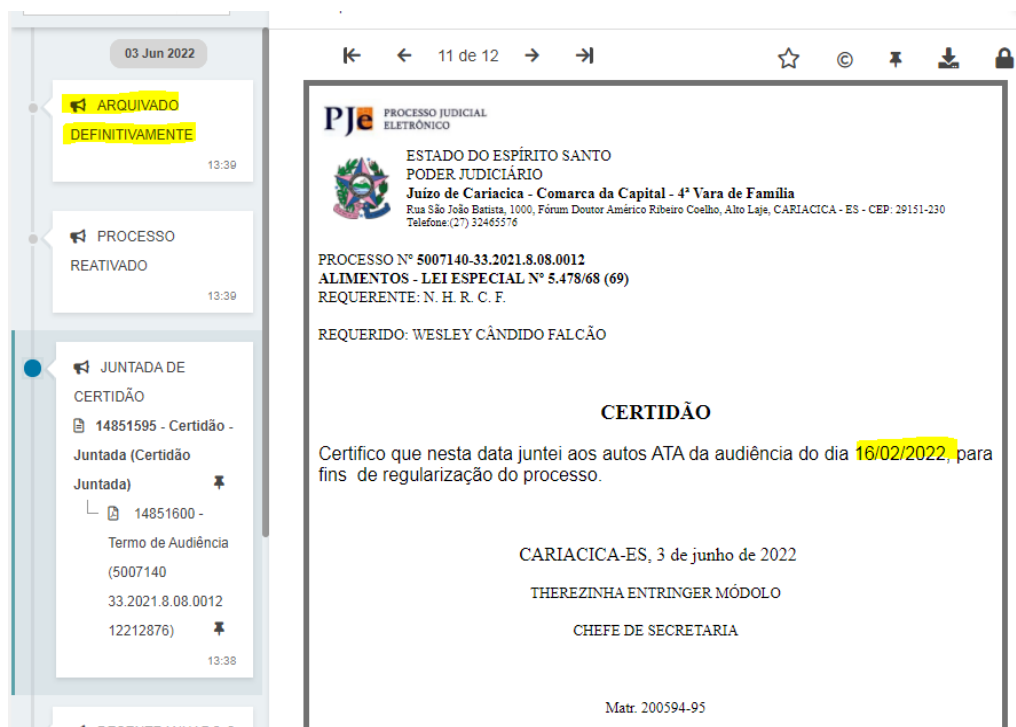
A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 06/04/2022, revelou a existência de **247 (duzentos e quarenta e sete)** processos em gabinete para análise do Magistrado, não havendo registro de processos com excesso de prazo de conclusão.

Em nova consulta realizada no dia 06/06/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma significativa redução, sendo verificada, contudo, a existência de 01 (um) processo concluso há mais de 100 (cem) dias.

Neste ponto, recomenda-se ao magistrado que promova o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Com relação às audiências designadas pelo Juízo, na 1ª fase da correição verificou-se que das 108 (cento e oito) audiências designadas, 13 (treze) estavam para mais de 4 meses. Em nova consulta, verifica-se que atualmente constam 130 (cento e trinta) audiências designadas e apenas 01 (uma) marcada com prazo excessivo.

Entretanto, analisando os andamentos do processo PJe nº 5007140-33.2021.8.08.0012, no qual consta audiência designada para 16/02/2023 (única com prazo excessivo), verifica-se que a referida data foi registrada no sistema por equívoco, já que a citada audiência foi designada, de fato, para 16/02/2022, já tendo sido devidamente realizada, estando o processo, inclusive, arquivado. Vejamos:



Sendo assim, não constam, efetivamente, audiências designadas para mais de 4 meses na Unidade.

Ademais, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 120,6%. Entretanto, observa-se que a Meta 1 CNJ não foi cumprida, sendo atingido o percentual de 60,4%, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos na 1ª fase e na 2ª fase da correção, foi possível verificar que três pontos precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias**, os **processos em carga** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que na 1ª fase da Correção não constavam processos na referida situação, contudo, após nova extração de dados, constam 41 (quarenta e um) processos, devendo a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos processos em carga externa por prazo excessivo, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

Por fim, no que se refere aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, infere-se que atualmente 34 (trinta e quatro) mandados estão sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 70 (setenta) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de

Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Ao Juiz Designado

| EVENTO | DETERMINAÇÃO |
|---|--|
| Situação da unidade judiciária | <p><u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><u>Adote</u>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p> |
| Processos conclusos há mais de 100 dias | <p><u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.</p> |
| Metas Nacionais CNJ | <p><u>Adote</u> medidas concretas voltadas ao atendimento integral das <i>Metas Prioritárias</i> estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.</p> |

8.2. À Chefe de Secretaria Substituta

| EVENTO | DETERMINAÇÃO |
|----------------------------|--|
| Mandados expedidos | <p><u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i>, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;</p> |
| Processos em carga externa | <p><u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><u>Adote</u>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p> |
| | <p><u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais</p> |

Processos paralisados há mais de 100 dias

de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC.

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Ao Juiz Designado

| EVENTO | ORIENTAÇÃO |
|-------------------------|---|
| Suspeição e Impedimento | <u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado; |
| Processos físicos | <u>Utilize</u> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014. |

9.2. À Chefe de Secretaria Substituta

| EVENTO | ORIENTAÇÃO |
|---|---|
| Juntada de petições | <u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85); |
| Processos em carga | <u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas; |
| Observância aos comandos exarados pelo Magistrado | <u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual; |
| | <u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa |

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **4ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria Substituta para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz designado por sua vez, foi determinado que promova o acompanhamento regular do acervo de processos conclusos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ, bem como adote medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 06 de junho de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 10/06/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1192366** e o código CRC **7B9CFC77**.